

DA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL (JEN) AO IAC E À JNICT: ORGANIZAÇÃO DA CIÊNCIA E POLÍTICA CIENTÍFICA

Augusto Fitas*

Maria de Fátima Nunes*

A transformação de Portugal numa República em Outubro de 1910 desencadeou um conjunto de iniciativas importantes ao nível da instrução (a República cria, em 1913, o Ministério da Instrução¹). E, ainda sem este ministério, no seu primeiro ano de vida, o Governo republicano introduziu reformas profundas em todo o sistema de ensino, em particular nos sectores primário e superior, que parecem ter sido aqueles que concitaram, por parte de todos os governos da República, maior atenção. A 22 de Março de 1911, criaram-se as Universidades de Lisboa e do Porto, pondo um ponto final ao monopólio da Universidade de Coimbra. Nas duas cidades existiam já escolas de ensino superior, de nível universitário, como era o caso das escolas médica-cirúrgicas e politecnicas. Foi com base nestas escolas instaladas no século XIX que se organizaram as universidades novas; contudo os velhos professores passaram a ser os catedráticos destas universidades, não havendo, portanto, uma renovação do corpo docente nas Faculdades recém-criadas.

A reforma republicana do ensino superior introduziu, pela primeira vez, nos objectivos da universidade portuguesa o proceder à «descoberta e invenção científica [e] promover o estudo metódico dos problemas nacionais»².

* IHC-CEHFCI-UE — Instituto de História Contemporânea — Grupo Ciência Universidade Nova de Lisboa, Universidade de Évora.

1 Este ministério já fora criado em 1870 e tratara dos assuntos da instrução do reino durante dois meses; em 1890 houve uma nova tentativa de o repor, contudo a sua segunda vida não excedeu dois anos. Foi a República que assumiu a perenidade deste ministério.

2 Decreto de 19 de Abril de 1911 (*Diário do Governo* de 22 de Abril de 1911).

Apesar da crónica dificuldade financeira com que se debatia o Estado português, um decreto estipulava a «criação de bolsas (...) universitárias e de aperfeiçoamento no estrangeiro» (Carvalho, 1987: 688) e cada universidade viria a possuir um «fundo universitário de bolsas» administrado por um organismo próprio. Esta medida valeu de pouco, pois toda a reforma universitária foi posta em prática num contexto dominado pelos professores residentes, que não abriam mão da «propriedade» das cadeiras leccionadas; deste modo percebia-se a incapacidade em delinejar as traves fundamentais de uma política científica, ou de erguer uma instituição que o fizesse.

A vizinha Espanha já tinha, desde 1907, uma instituição — Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas (JAE) — que nas primeiras décadas do século foi responsável por pensar a política científica no país vizinho e, consequentemente, pela edificação da sua organização científica. Uma das personalidades intelectuais mais eminentes, com uma influência decisiva na criação desta instituição, foi o médico e investigador, laureado com o Nobel da Fisiologia em 1906, Santiago Ramón y Cajal. Entre 1916 e 1918, alguns professores portugueses, bem como estudantes, foram a Madrid para contactar a JAE e recolher informação sobre o seu funcionamento, métodos e acção política (Costa 1918). Foi depois do fim da Primeira Guerra Mundial e durante a década seguinte que se fizeram várias tentativas para criar em Portugal uma instituição capaz de promover uma renovação pedagógica e científica do ensino superior. Em 1924, o ministro da Instrução, António Sérgio, submeteu ao parlamento um diploma de criação de uma Junta de Orientação dos Estudos. A exemplo de tentativas anteriores, o parlamento chumbou o novo projecto, não só pelas dificuldades financeiras como também pelo clima de divergências entre os diferentes partidos sobre as medidas políticas relativas aos problemas da instrução.

Na época, os médicos eram o grupo mais importante da comunidade científica portuguesa e foram eles quem mais se empenhou na fundação de uma instituição similar à JAE. Três nomes são de destacar: Marck Athias, catedrático de Medicina de Lisboa, formado em Paris, onde esteve entre 1891 e 1903, estada que marcou o seu interesse pela investigação; Augusto Celestino da Costa, também catedrático de Medicina na capital, discípulo de Athias, que, entre 1906 e 1909, estagiou na Alemanha e era um adepto da organização científica alemã; e Luís Simões Raposo, discípulo deste

último, assistente e professor da mesma Faculdade, muito activo desde os seus tempos de estudante no encorajamento à investigação, foi o chefe de gabinete do ministério de António Sérgio. Todos eram admiradores incondicionais de Ramón y Cajal e com ele mantinham contactos científicos e institucionais.

Já depois do golpe instaurado a 28 de Maio de 1926, num clima de agitação estudantil e de contenção de despesas no sector do ensino — em 1928 fecharam-se Faculdades e outras escolas superiores e tomaram-se medidas tendentes à «destruição, em grande escala, de boa parte da obra republicana no ensino» (Carvalho 1987, 747) —, estes três homens tomaram em mãos os destinos de uma estrutura criada pelo decreto n.º 16381, promulgado pelo ministro da Instrução do Governo de ditadura militar e publicado a 16 de Janeiro de 1929: a Junta Educação de Nacional (JEN), destinada a apoiar e estimular a prática da investigação científica em Portugal.

A CRIAÇÃO DA JEN E A PRIORIDADE PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO

Foi Gustavo Cordeiro Ramos, ministro da Instrução sem quaisquer planos para inovar no ensino, que, seguindo a orientação do seu predecessor — Duarte Pacheco, director do Instituto Superior Técnico desde 1927, companheiro de Simões Raposo na Federação Académica de Lisboa e autor do diploma que punha de pé a nova Junta —, promulgou o decreto criador da JEN, tendo-lhe sido atribuído, pelo Ministério das Finanças, nesse período dirigido por Oliveira Salazar, os recursos financeiros indispensáveis para o seu funcionamento. A Junta propunha-se:

Fundar, melhorar ou subsidiar instituições destinadas a trabalhos de investigação científica (...). Organizar e fiscalizar um serviço de bolsas de estudo em Portugal e no estrangeiro (...). Promover a colocação dos antigos bolseiros (...), o intercâmbio intelectual, a expansão cultural portuguesa (...). Promover ou subsidiar publicações de carácter científico (...). (Junta 1931)

É crucial sublinhar três características que enformaram a origem desta instituição: primeiro, o seu suporte financeiro era exclusivamente público; segundo, uma ainda «acentuada matriz republicana» na sua intenção pedagógica e de fomento da cultura científica; terceiro, a necessidade de uma

certa liberdade de acção, através de uma aceite «autonomia de decisão e financeira».

A estrutura organizativa da JEN era constituída, no essencial, por uma Assembleia-Geral composta por 21 vogais, um secretário-geral e um primeiro-secretário. Dos vogais, 15 eram escolhidos entre os professores e assistentes das três Universidades da República, cinco por cada Universidade, os restantes eram seleccionados entre professores extra-universitários ou membros de corporações científicas ou, ainda, publicistas reconhecidos (a garantia de uma chancela adequada à situação política vigente). A direcção era assegurada por uma Comissão Executiva (CE-JEN) composta pelo presidente, dois vice-presidentes (os presidentes das delegações de Coimbra e do Porto) e dois secretários³. É importante assinalar o peso substancial, quase exclusivo, da estrutura universitária nas deliberações da JEN.

Na ausência de quaisquer linhas orientadoras por parte do Governo, a CE-JEN, consciente da «precária situação [do país], principalmente da indústria e da agricultura, rudimentares e rotineiras, [onde] a preparação técnica de engenheiros e agrónomos» (Junta 1931, 12) — era claramente insuficiente para fazer progredir a situação económica portuguesa — optou por concentrar os seus esforços de apoio financeiro na actualização técnico-científica no estrangeiro, distribuindo bolsas para estágios e outras missões, o que é patente no Gráfico 1. Na maior parte dos anos lectivos, mais de metade do orçamento anual da JEN era gasto na atribuição destes subsídios. Sublinhe-se que esta atribuição incidia sobretudo nas ciências fundamentais — biologia, física, geologia, química e matemática —, era a forma, assim pensava a CE-JEN, de preparar o desenvolvimento futuro da investigação aplicada no país (Junta 1931^a, 39-43).

Embora os orçamentos da JEN, e instituição sucessora, fossem, em termos relativos, bastante limitados, foi possível distribuir, ao longo do primeiro decénio de actividade, aproximadamente 350 bolsas anuais no estrangeiro, o que correspondeu, porque muitos bolseiros pediram a prorrogação das bolsas por vários anos consecutivos, a cerca de uma centena

³ O primeiro presidente foi Carlos Viegas Gago Coutinho, que nunca exerceu o cargo, e que, em 1931, foi substituído por Marck Athias. Celestino da Costa era o vice-presidente para as ciências e Simões Raposo o seu secretário-geral.

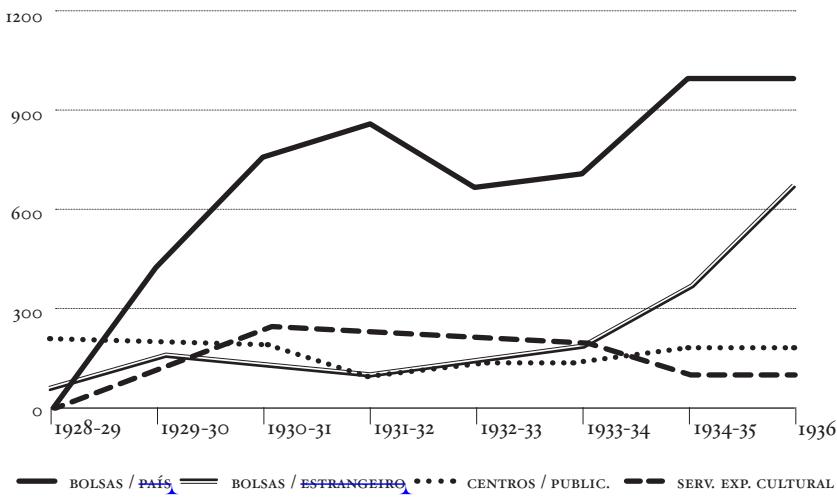


Gráfico 1.
Contas da gerência da JEN (valores em contos). Lopes 2018:33

e meia de estagiários. Das diferentes áreas de trabalho consideradas nos pedidos — ciências naturais e matemática, engenharias industriais e agronómica, farmácia e medicina, humanidades e pedagogia, entre outras —, as áreas mais contempladas foram a medicina, as humanidades e as ciências. Da análise do movimento de estagiários no estrangeiro é possível concluir que, destas três áreas, aquela que teve uma percentagem maior de bolseiros com mais prorrogações foi ciências, seguindo-se medicina e depois humanidades; na área de ciências (estagiários das três Faculdades de Ciências nacionais), dos 13 bolseiros que auferiram bolsas de duração superior ou igual a três anos e de forma contínua, oito realizaram o seu doutoramento na universidade onde estagiaram. É importante reter este último resultado, pois evidencia, por parte dos bolseiros, a obtenção de um «estatuto de investigador» (ou de cientista profissional) que só o doutoramento em universidades com prestígio científico poderia assegurar. Esta vai ser uma condição fundamental para o início da investigação científica nas Faculdades de Ciências portuguesas e vai ser determinante, no início da década de 1940, para a constituição de Centros de Investigação (Fitas 2013, 63). Sublinhe-se ainda, como um dos vários exemplos de apoio à investigação feita no país, a concessão de bolsas para estagiar no estrangeiro a investigadores do grupo de trabalho do futuro prémio Nobel da Medicina,

ÁREAS DO CONHECIMENTO	ALEMANHA	ÁUSTRIA	BÉLGICA	ESPAÑA	EUA	FRANÇA	ITALIA	REINO UNIDO	SUÉCIA	SUÍÇA	OUTROS
CIÊNCIAS	21	1	0	1	3	32	1	23	0	4	0
ENGENHARIA	7	0	0	2	0	12	0	3	0	0	0
ENG. ^a	3	0	0	3	4	4	2	12	2	0	0
AGRONÓMICA											
HUMANIDADES	24	1	2	9	0	17	1	5	0	1	1
MEDICINA	32	7	7	5	1	31	14	7	3	4	8
PEDAGOGIA	1	0	13	2	0	7	2	1	5	3	1
OUTROS	6	0	2	1	1	6	2	5	0	7	1
TOTAL	94	9	24	23	9	109	22	56	10	19	11

Tabela 1.
Bolseiros / País e Áreas do Conhecimento (Fitas, 2012:32)

Egas Moniz, bem como o patrocínio dado às várias «missões científicas» que este neurologista cumpria fora de portas (Lopes 2013).

Da leitura da Tabela 1, é possível perceber a distribuição dos bolseiros por disciplina e por país onde se realizou o estágio, realçando-se a relevância da geografia europeia sobre a da América do Norte.

Paralelamente ao esforço feito, logo desde o início da JEN, na atribuição de bolsas para o estrangeiro, foram concedidos a esta instituição subsídios extraordinários, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, para suportar, exclusivamente, os encargos com a expansão da língua portuguesa no estrangeiro, propiciando a criação de leitorados (Lopes 2018, 229). A JEN e a instituição sucessora, o Instituto para a Alta Cultura (IAC), serão os difusores dos «estudos de português» no estrangeiro, onde sobressai a dimensão propagandística, ao «promover o interesse pela cultura e a simpatia pelos valores espirituais da nossa terra» (Rollo *et al.* 2012, 135), o que justifica a atribuição aos leitores de uma atitude que, em muitos casos, era marcada por uma matriz nacionalista e conservadora. Até ao princípio da década de 1940, existiram várias situações em que alguns bolseiros acumularam a função de leitor e casos existiram em que o preenchimento dos lugares de leitorados permitia a prossecução da investigação de bolseiro.

A JEN E A ORGANIZAÇÃO DA CIÊNCIA INTRAMUROS, O SEU FIM E O NOVO INSTITUTO EM 1936

Conhecedora da realidade científica nacional, a JEN propõe-se apoiar financeiramente desde o início centros de estudo dedicados à investigação (Junta 1931, 40) e criar laboratórios para integrar os bolseiros entretanto regressados ao país (Junta 1932, 183). Contudo, só dez anos após a fundação da JEN, já nos tempos do IAC, é que veio a nascer a grande maioria dos centros de investigação. Durante os sete anos de vida da JEN, só dois centros de investigação foram criados, e na área de humanidades — o Centro de Estudos Filológicos (Faculdade de Letras de Lisboa) em 1932 e o Laboratório de Fonética Experimental de Coimbra em 1936. O apoio aos laboratórios de investigação existentes e aos que viessem a surgir tinha como objectivo fundamental não só apoiar os bolseiros que retornavam e auferiam de «bolsas internas» para prosseguir os seus trabalhos, como também, tal como defendia Celestino da Costa, dar condições aos «membros do pessoal docente e técnico dos estabelecimentos de ensino superior que à investigação e ensino consagrem toda a sua actividade», devendo por isso ter «direito a [uma] remuneração especial» (Junta 1931^a, 39-43). Este apoio correspondia a um programa de incentivo ao professor em «tempo integral e com dedicação exclusiva (*full-time-system* das universidades americanas)» (*ibid.*, 37). Em conjunto com o patrocínio dado aos «centros de estudo» contemplava-se também o apoio às «publicações científicas», onde se incluía o estímulo em dar a conhecer os resultados da pesquisa feita intramuros pelos diversos grupos de investigação.

As verbas atribuídas aos diferentes centros (Tabela 2), ou laboratórios existentes, acompanhavam em termos relativos os grupos que se destacavam na atribuição das bolsas, isto é, num total de quase uma centena de unidades conclui-se serem aqueles que se dedicavam às ciências, medicina e humanidades os mais contemplados. Serão, portanto, estas áreas disciplinares que vão conseguir melhores condições para a investigação.

O trabalho nos laboratórios e centros de investigação apoiados financeiramente pela JEN e/ou IAC era garantido em grande medida pelos investigadores a quem eram atribuídas as «bolsas no país». Também na atribuição destas bolsas se verificava a tendência que se vinha evidenciando: a área disciplinar mais apoiada era a de ciências, seguindo-se medicina e as humanidades — os domínios do direito, engenharia, farmácia e veterinária

ÁREAS DO CONHECIMENTO	CENTROS DE ESTUDO	PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS	FINANCIAMENTO CONCEDIDO (EM ESCUDOS)
CIÊNCIAS	23	6	531 718
ENGENHARIA	3	1	95 000
ENG. ^a AGRONÓMICA	6	0	31 652
FARMÁCIA	1	0	1 500
HUMANIDADES	10	12	458 396
MEDICINA	22	3	502 900
PEDAGOGIA	4	1	30 500
TOTAL	69	23	1 651 666

Tabela 2:

Centros de estudo e Publicações científicas financiadas (1929-1936) (Lopes 2018, 139)

eram residuais. Dos dados existentes no primeiro decénio de actividade é possível concluir que as 190 bolsas correspondiam unicamente a cerca de sete dezenas de bolseiros, pois existiam, sobretudo nas áreas de ciências naturais e medicina, prorrogações consecutivas ao longo de vários anos (Fitas 2013, 65). Estas bolsas constituíam, em muitos casos, uma espécie de complemento salarial — na prática, o salário dos professores universitários dependia do número de regências —, permitindo deste modo uma maior dedicação à investigação por parte do professor (ou bolseiro) detentor desse apoio, tal como defendia Celestino da Costa no seu esforço para pôr em prática o sistema de «tempo integral e com dedicação exclusiva».

As renovações referidas eram atribuídas sob critérios estabelecidos pela CE-JEN e assentando em duas observações: primeira, avaliação da produtividade científica; segunda, prioridade aos bolseiros recém-chegados do estrangeiro e que pretendiam continuar a investigação científica. A exiguidade orçamental implicava que o número de bolsas ficava muito aquém do número de pedidos. Assim, a CE-JEN terá tentado justificadamente, junto do ministério, um maior reforço financeiro para esta rubrica, o que nunca conseguiu. Em 1934, perante a insistência neste pedido, o ministro não só negou o aumento de verba como desautorizou a JEN nos seus critérios de apreciação científica do trabalho, e consequente escolha dos bolseiros, propondo um maior *roulement* na atribuição das bolsas e suspendendo a

lista já aprovada⁴. Esta ingerência ministerial nas decisões da JEN, uma violação da até então sempre respeitada «autonomia de decisão», era um prenúncio de mudanças substanciais, uma tentativa objectiva de sujeitar a instituição ao controle político do ministério, produzindo, a muito curto prazo, um desvirtuamento dos objectivos da Junta.

O ano de 1934 foi importante na vida da JEN: Celestino da Costa fora nomeado seu presidente, ele que, no fundamental, era o autor do programa de trabalho da JEN/ IAC nos primeiros 12 anos de vida; o secretário-geral da JEN, Simões Raposo, grande impulsionador da organização da JEN e detentor de uma memória republicana, morreu, sendo substituído por Francisco Leite Pinto. Este último era um engenheiro geógrafo, ex-bolsheiro da JEN em Paris durante os cinco anos que se diplomara na École Nationale des Ponts et Chaussées em Engenharia Civil, acumulando com o leitorado de português na Sorbonne, e um adepto fervoroso do Estado Novo que, em 1940, tomará posse como catedrático interino do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF). Agora, no ano de 1934 e por força das circunstâncias, o novo secretário-geral poderia também ser o prenúncio de futuras possíveis mudanças no seio da JEN ditadas pelos acontecimentos de natureza política ocorridos em 1933.

No ano anterior, a ditadura, accossada por várias tentativas de revolta militar, endurecia a sua prática e convertia-se no Estado Novo corporativo. Foi nesse ano de 1933 que se instituiu o partido único, se promoveu o sindicalismo corporativo, se plebiscitou a nova constituição, se criou a polícia política (PVDE), se promulgou legislação sobre a censura e se organizou o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN). Estavam instaurados os mecanismos essenciais de acção da ditadura salazarista: a resistência endurece, mas a repressão endurecerá muito mais e far-se-á sentir sobre todas as esferas de acção. O aparelho da ditadura, não tolerando rebeldias no seio das suas instituições e policiando as consciências, apressava-se a produzir um decreto que permitia demitir «os funcionários (...) [que] não dêem garantia de cooperar na realização dos fins superiores do Estado»⁵. Passando das palavras aos actos, em 1935 o Governo demite, entre outros

⁴ O ministro era Eusébio Tamagnini de Matos da Encarnação, integralista, professor da Faculdade de Ciências de Coimbra, que tomara posse em 23/10/1934.

⁵ O Decreto-lei n.º 25 317, de 13 de Maio de 1935, foi a peça legal que esteve na base das posteriores demissões compulsivas.

funcionários públicos e militares, os professores universitários Manuel Rodrigues Lapa, de Lisboa, Aurélio Quintanilha e Sílvio Lima, de Coimbra, e Abel Salazar, do Porto. Os dois primeiros pertenciam ao primeiro grupo de bolseiros a usufruir do apoio da JEN no seu trabalho de investigação além-fronteiras e que publicamente, apesar de louvarem a acção da JEN, não se eximiram a criticar duramente a política universitária do Governo⁶.

Neste quadro político não surpreende que, em 1934, o último ministro da Instrução Pública, Eusébio Tamagnini, se tenha disposto a afrontar abertamente as resoluções da JEN. Era a forma indirecta, mas eficaz, de o poder político passar a dirigir a JEN, o que virá a acontecer em 1936 com uma mudança clara do seu regulamento e estatuto. Foi neste ano que um novo ministro, Carneiro Pacheco, tomou posse e introduziu uma reforma profunda nos serviços do ministério.

A reforma proposta, além de passar pela alteração de designação do ministério — renomeado Ministério da Educação Nacional (MEN), terminando, assim, com o resquício republicano da Instrução Pública —, criou a Junta Nacional de Educação, composta por sete secções, cuja sétima integrava os serviços da JEN, passando agora a designar-se por Instituto para a Alta Cultura (IAC) — possuindo duas subsecções, uma dedicada à investigação científica e outra subordinada às relações culturais —, no qual todos os seus dirigentes eram nomeados pelo ministro. Toda a prática do IAC era tutelada em absoluto pelo MEN, perdendo-se a autonomia de que gozava a JEN; todavia, manteve-se Celestino da Costa como seu presidente. A endémica falta de recursos próprios investidos pelo Estado português para acudir às necessidades de actualização dos investigadores mantinha-se também. Os serviços que cabiam à JEN passaram a ser garantidos pelo IAC, agora sujeitos ao crivo da «realização dos fins superiores do Estado», e a única novidade na sua estrutura orgânica consistiu na criação, em 1937, do Serviço de Inventariação da Bibliografia Científica, responsável pelo levantamento da bibliografia científica existente nas bibliotecas escolares universitárias de laboratórios e de institutos, de modo a facilitar o trabalho de pesquisa dos professores, investigadores e intelectuais portugueses e estrangeiros.

6 Nas conferências promovidas pelo jornal *O Século*, cf. Este jornal de 16/02/1933 e 26/03/1933.

Os objectivos do IAC eram os da JEN, agora sem a expressão de uma vontade própria e autónoma dos seus dirigentes, mas sujeitos aos ditames da «política nacional» e na dependência absoluta do Ministério da Educação Nacional.

O IAC E O PERÍODO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Mantido o presidente, e o mesmo nível de dotação financeira da JEN, não se esperavam grandes mudanças. Contudo, sete anos de experiência davam alguma reflexão, e o presidente do IAC, num relatório apresentado à direcção em 1938 (Costa 1939), expôs as linhas mestras de acção do novo organismo, sublinhando «como prioritário o esforço de apoio e criação de institutos, centros e laboratórios evitando a dispersão do IAC por outros objectivos» (Rollo *et al.* 2012, 147). Celestino da Costa insistia abertamente na necessidade de «retribuições especiais suplementares, de compensação, para os que abdicam de quaisquer outras formas de ganhar a vida e consagram toda ou máxima parte do tempo à sua função» (Costa 1939, 27).

De facto, em 1939, nas vésperas da eclosão da Segunda Guerra Mundial, já tinham chegado ao país para cima de seis dezenas de bolseiros que tinham feito estágios de longa duração, habilitados a continuar uma carreira de investigação em instituições portuguesas que, na sua grande maioria, não estavam preparadas para os acolher. A partir de 1940, o eixo principal da política científica do IAC passou a ser a criação de novos centros de investigação. Se o volume de bolsas internas atribuídas pelo IAC é, nos primeiros anos da sua existência, sensivelmente igual ao que tinha sido atribuído pela JEN no final do seu mandato, vai agora sofrer um aumento acentuado devido à contracção na subvenção de deslocações para o estrangeiro, uma consequência dos condicionalismos impostos pelo conflito mundial.

No que diz respeito à atribuição de bolsas ou subsídios para estágios fora do país, a política do IAC, até ao início da guerra, não se vai distinguir substancialmente da praticada pela JEN: o ano de 1937-1938 é, desde 1929, o segundo ano com maior dotação nesta rubrica, embora decresça abruptamente, de tal modo que em 1940-1941 se registou, em termos absolutos, o valor mais baixo (Tavares 1951, 15). Apesar dos constrangimentos impostos pela situação política internacional, existiu sempre um contingente de bolseiros a procurar outros países, envolvidos ou não no conflito mundial,

para realizar as suas especializações⁷. Também neste período se constata que o apoio do IAC aos centros de investigação sofreu um acentuado aumento a partir de 1943, para, em 1946, ser praticamente o dobro do que era atribuído no ano do início do conflito mundial.

O empenho do IAC na organização (e criação) de uma vintena de centros de pesquisa, maioritariamente ligados às universidades, em vários domínios das ciências puras e aplicadas, é amplamente exemplificado pelo conjunto de novos laboratórios que começaram a surgir logo no ano de 1940: Centro de Estudos de Física de Lisboa, Centro de Estudos de Física no IST, Centro de Estudos de Meteorologia e Geofísica em Lisboa, o Centro de Estudos Matemáticos de Lisboa, Centro de Mecânica Aplicada no IST e Centro de Estudos em Engenharia Civil em Lisboa — centros que uns anos depois, em 1946, darão origem ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) —, Centro de Estudos em Física e Química em Coimbra, Centro de estudos de Histologia e Fisiologia em Lisboa e Centro de Estudos em Medicina Experimental no Porto. Todos estes centros, integrando grande parte dos bolseiros entretanto regressados do estrangeiro, vão destacar-se pela sua investigação. O seu desenvolvimento foi em parte também estimulado pelas dificuldades no acesso ao intercâmbio internacional; dois exemplos que atestam a qualidade da investigação: num centro desenvolveu-se pesquisa conducente a cinco teses de doutoramento, enquanto noutro se enviaram para o estrangeiro, no princípio de década de 1940, cinco jovens bolseiros que haviam iniciado a investigação no final da década de 1930. Uma outra importante consequência do desenvolvimento do trabalho destes centros foi a publicação no país de revistas científicas internacionais — *Portugaliae Mathematica*, aparecida em 1937, e *Portugaliae Physica*, em 1943 — e revistas de divulgação — *Gazeta de Matemática*, em 1939, e *Gazeta de Física*, publicada a partir de 1946.

O Portugal neutral, em particular a sua capital, tornou-se durante a guerra numa porta de saída e de entrada amplamente procurada pela Europa ocupada. Muitos cientistas que foram obrigados a fugir dos países em conflito passaram por Lisboa e alguns deles procuraram colocação académica nas universidades portuguesas. Nunca o conseguiram, mas, mercê

⁷ A mudança de orientação na escolha dos países para fazer estágios exemplifica-se com o caso da matemática e da física, áreas nas quais os bolseiros foram encaminhados para a Itália e a Suíça.

de apoios do IAC, alimentaram colaborações importantes com os centros de investigação nacionais (Fitas, Videira 2007).

Em princípios de 1942, Celestino da Costa foi demitido das suas funções de Presidente do IAC e substituído por Cordeiro Ramos, coadjuvado por Luís Cabral de Moncada, vice-presidente para a segunda subsecção (relações culturais), e Amândio Tavares, vice-presidente para a primeira subsecção (investigação científica). O novo presidente (professor na Faculdade de Letras de Lisboa) era um claro apoiante do Estado Novo e simpatizante das potências do eixo; o vice-presidente para as relações culturais era um professor de Direito de Coimbra, simpatizante do integralismo e nacional-sindicalismo, doutor *Honoris causa* pela universidade de Heidelberg; o vice-presidente para a investigação científica era um médico com trabalho de investigação no domínio da anatomia patológica, professor da Universidade do Porto, ex-bolseiro da JEN em Paris no ano de 1930 e um cordato respeitador da política governamental. Um triunvirato «situacionista» onde estavam representadas as três universidades nacionais.

Na forja já se preparavam novos Centros anexos às universidades (Lisboa, Coimbra e Porto) e a nova direcção do IAC, a exemplo da anterior, apoiou a sua criação: em 1942, criou-se o Centro de Estudos Matemáticos do Porto; em 1943, o Centro de Estudos de Microbiologia e Tecnologia Agrária do Instituto Superior de Agronomia (ISA), que complementará a acção da Estação Agronómica Nacional, também esta uma forte beneficiária do apoio do IAC; em 1944, o Centro de Estudos de Medicina Tropical e no ano seguinte o Centro de Estudos de Etnologia Peninsular (Faculdade de Ciências do Porto), dirigido por Mendes Correia.

É opinião geral que no período da guerra, apesar das graves restrições económicas provenientes do bloqueio e ausência dos transportes marítimos, o país foi alvo de um importantíssimo momento de prosperidade económica global (Rosas 1994). Uma prosperidade que afectou a sociedade portuguesa e que se manifestou no lançamento de uma estratégia industrialista expressa segundo duas direcções principais, a «electrificação nacional» e o «plano de fomento e reorganização industrial»⁸, eixos de desenvolvimento que vão pôr à prova a capacidade do Estado português

8 Lei nº 2002 de 26 de janeiro de 1944 e Lei nº 2005 de 14 de março de 1945.

em lançar medidas para a modernização científico-tecnológica do país, tarefa na qual o IAC, como se verá, virá a ser um instrumento importante.

A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA EM PORTUGAL NO PÓS-GUERRA (1946-1952); A CRIAÇÃO DE UM NOVO IAC

Após a vitória das forças aliadas em Maio/Agosto de 1945 e no seguimento de uma forte movimentação social, na luta por melhores condições de vida, Portugal viveu uma efémera abertura ao mundo e a própria ditadura aparentou uma abertura política que conduziu o Governo a dissolver em Outubro a Assembleia Nacional e a marcar eleições para Novembro desse mesmo ano. Umas eleições que, no dizer do chefe do Governo, fossem «tão livres como na livre Inglaterra», mas cujo calendário era tão apressado que a oposição, apesar de ensaiar a sua organização e de um abrandamento da censura, rapidamente percebeu que as condições em que se movimentava não garantiriam qualquer sucesso político nas urnas. Contudo, este esforço de arrumação das forças democráticas foi o suficiente para que, nos primeiros anos após o conflito mundial, a ditadura se sentisse relativamente acossada, endurecendo fortemente a repressão sobre todos os sectores da sociedade portuguesa que ousavam pôr em causa a sua política. E foi o que aconteceu com a decisão do Conselho de Ministros de 14 de Junho de 1947, que afastou do magistério universitário para cima de duas dezenas de professores. Uma purga da universidade portuguesa com trágicas consequências no rendimento do trabalho científico de alguns centros do IAC, em particular o Centro de Física de Lisboa, que se viu privado dos seus dois investigadores de maior qualidade (Manuel Valadares e Aurélio Marques da Silva), os quais iniciavam à época a pesquisa em física nuclear, uma medida que afectou a vida científica nacional ao ponto de um dirigente do IAC escrever:

[Existem centros que] se ressentiram da saída de alguns elementos que eram seus principais animadores e que não tem sido fácil substituir por forma a assegurar eficazmente a continuidade de uma obra que corre o risco de perder-se. (Tavares 1951, 43)

Depois da guerra, a direcção do IAC persistiu na criação de novos centros. Em 1946 cria-se o Centro de Estudos de Estatística Económica anexo ao

Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF), dirigido por Leite Pinto, e em 1949 é reestruturado o Centro de Estudos de Etnologia Peninsular do Porto (criado em 1945), onde Mendes Correia agregou os estudos etnográficos e etnológicos à antropologia. No início da década de 1950, o Centro de Estudos Históricos e Arqueológicos do IAC foi dividido em dois, um para a história, sob a batuta de Virgínia Rau, na Faculdade de Letras de Lisboa, e outro para a Arqueologia, anexa ao Museu Etnológico, dirigido por Manuel Heleno. Três centros ligados ao IAC criados e/ou reestruturados na área das humanidades, dirigidos por professores relativamente cordatos em relação à política do Governo, o que pode exemplificar a forma como respondia o clauso universitário após a vaga repressiva sofrida pela universidade. No final dos anos 40, o IAC possuía 29 centros, dos quais só 24 estavam em actividade (sete em Coimbra, dez em Lisboa e sete no Porto).

Os Gráficos 2 e 3 (página ao lado, no topo e em baixo, respectivamente) mostram como a verba gasta com bolsas para o estrangeiro foi, ao longo de quase todos os anos (excepção feita no início da guerra), maior do que a dotação atribuída às bolsas no país, o que só se inverterá a partir de 1955. Pela lista de instituições que «enviam bolseiros para o estrangeiro» percebe-se que estas «bolsas» correspondiam mais a missões do que a estágios. O conhecimento dos organismos do Estado, usufruindo destes subsídios do IAC, permite ter uma imagem aproximada da profusão de entidades que enviavam o seu pessoal em missão e que, consequentemente, viriam a destacar-se no desempenho técnico-científico que o esforço do fomento industrialista exigia. Destas entidades, e a título de exemplo, salientam-se, entre outros, várias Direcções-Gerais, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, o Instituto Português de Oncologia, o Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, o Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos e o Instituto de Biologia Marítima (Tavares 1951, 21).

Perante os dados respeitantes a bolseiros e bolsas, nada se acrescenta sobre a natureza daquilo que se pode designar como a «missão bolseira» do IAC, o seu objectivo, duração e resultados. Esta proliferação de subsídios bolsistas revelava como, no pós-guerra, se tentava uma possível modernização científico-tecnológica, embora nada se adiantasse sobre os resultados dessas missões, nem se produzisse qualquer reflexão sobre a capacidade de coordenação do IAC em todo este processo. Por outras palavras, havia

DA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL (JEN) AO IAC E À JNICT

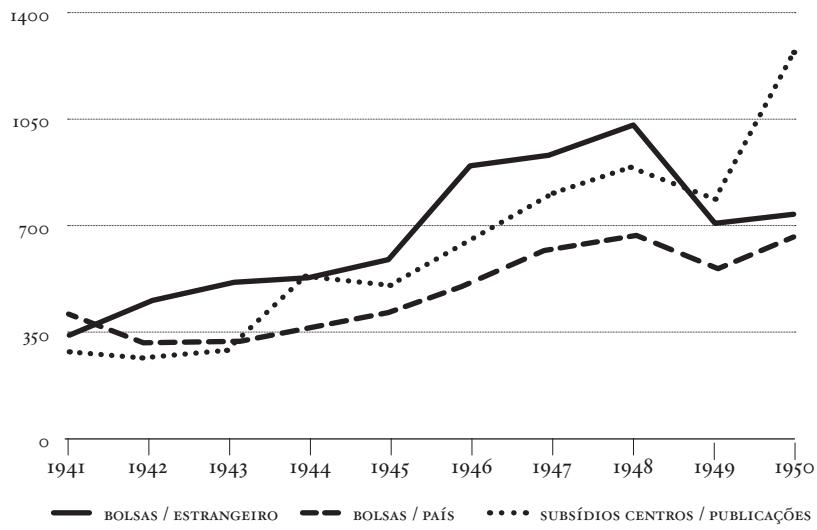


Gráfico 2.

Dotações anuais do IAC (valores em contos). Tavares 1951

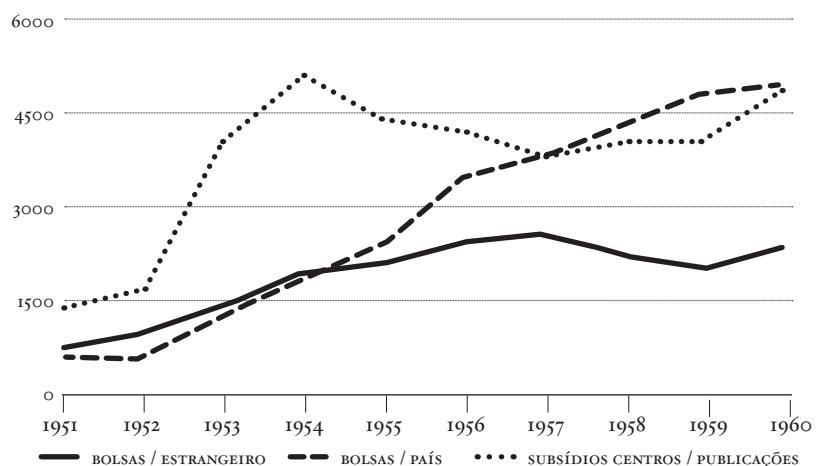


Gráfico 3.

Dotações anuais do IAC (valores em contos). Tavares 1961

uma instituição que apoiava financeiramente as missões no estrangeiro, sem, contudo, ter qualquer intervenção sobre a política científica nacional.

Internacionalmente, o resultado da vitória aliada no encontro das duas frentes de combate que esmagaram a barbárie nazi, bem como a derrota do império nipónico sobre o qual deflagrou um engenho accionado por uma energia pouco conhecida, mas de uma potência destrutiva até aí inimaginável, abriu o mundo para duas novas realidades: a existência de dois blocos políticos que dividiam entre si a hegemonia do Governo mundial e a procura, a todo o custo, do produto explosivo que alimentará as novas bombas de «Hiroshima-Nagasaki» ou, quiçá, outras ainda de maior poder destrutivo. Estas novas realidades políticas foram determinantes no percurso de Portugal no palco da política internacional, onde foi alvo de alguma disputa por parte de uma das potências hegemónicas, mercê da posição geográfica de alto valor estratégico do arquipélago dos Açores e da existência de minas de urânia, o combustível do qual emanava a nova forma de energia (Gaspar 2014, 30). Foi o Plano Marshall que permitiu a Portugal os investimentos necessários para a exploração uranífera, sendo também um dos 12 países fundadores da North Atlantic Treaty Organization (NATO) (Rollo 2007).

As necessidades de modernização tecnológica impostas pelo fomento à industrialização, os compromissos políticos internacionais do pós-guerra, a repressão política dos movimentos oposicionistas que atingiu severamente a alta cultura, colocaram a esfera política do Estado Novo perante um novo problema que era equacionado do modo seguinte:

Todos os países da Europa consagram os seus maiores valores e os seus dinheiros à causa da investigação científica. Vai por toda a parte um verdadeiro frenesi de organizar, o mais rapidamente possível e nas bases mais sólidas, as instituições que hão-de ser o campo de actividade dos cientistas e o viveiro de novos investigadores (...). A nossa triste situação é bem conhecida! Inútil será descrevê-la! (...) podemos afirmar que estamos pior do que qualquer outro país europeu. Praticamente estamos desprovidos de qualquer sistema de organização científica. A nossa situação, vendo o panorama com toda a objectividade, não é outra senão esta: estamos em boa posição — para principiar (...). (Câmara 1947, 12-13)

As palavras são de António Pereira de Sousa da Câmara, director da Esta-

ção Agronómica Nacional e um dos seus fundadores em 1936, que, durante a década de 1930, fora bolseiro da JEN no estrangeiro (Mota 1981). O pensamento deste pesquisador, aliado a uma elite de técnicos ligados ao Governo — já conhecedora da existência das minas de urânio e das respectivas negociações entre os governos, português, inglês e americano —, despertou o país para uma realidade onde pairavam vapores de esperança num maior desenvolvimento económico nacional. Perante as necessidades de avançar científica e tecnicamente, e a incapacidade das estruturas existentes para responderem na prática a essas vontades, era obrigatória a existência de uma instituição destinada a dirigir um programa de exploração e aplicação dessa nova forma de energia que era a nuclear.

A incapacidade organizativa de resposta do IAC a estas necessidades, a sua ausência de intervenção no delinejar de uma política científica nacional, desencadearam uma reacção das forças governamentais e determinaram uma reforma da instituição. O Instituto para a Alta Cultura passou a designar-se por Instituto de Alta Cultura, ficando ligado directamente ao Ministério da Educação Nacional⁹. Terminava assim a sua inserção na Sétima Secção da Junta Nacional de Educação, criada em 1936, quando o IAC sucedeu à JEN. Manteve-se o presidente da direcção do IAC, que, desde 1942, era Cordeiro Ramos, e na reestruturação de 1952 introduziu-se um Conselho de Investigação Científica, para cuja presidência foi nomeado Amândio Tavares. Na sequência desta reforma, a construção do programa nuclear ficou entregue ao novo IAC, sendo Francisco Leite Pinto o seu condutor. A «Primeira Reunião Preparatória da Comissão de Energia Atómica», realizada a 19 de Fevereiro de 1952, foi o primeiro passo do lançamento do programa nuclear português. Este engenheiro e catedrático do ISCEF, com 15 anos de experiência, ligado à administração da investigação científica, foi, sem dúvida, um elemento-chave desta elite de técnicos ligados ao Estado Novo que passou a dirigir a Comissão Provisória de Estudos de Energia Nuclear, criada a 10 de Outubro de 1952. A Comissão era responsável pela instalação dos centros de estudos de energia nuclear, alguns anexos às diversas Faculdades de Ciências e de Engenharia do país, que vão dedicar-se à especialização dos técnicos necessários para o funcionamento da futura Junta de Energia Nuclear, que será fundada em 29 Março de 1954.

9 Decreto Lei n.º 38680, Diário do Governo, I série, n.º 61, 17 de Março de 1952.

O IAC REFORMADO, A PESQUISA NUCLEAR E OS NOVOS ACTORES NO APOIO À INVESTIGAÇÃO

A partir de 1952, houve um acentuado crescimento nas dotações das rubricas principais do IAC, sobretudo no financiamento aos centros, facto que é explicável pela criação de novos centros e apoio aos trabalhos votados ao estudo da energia nuclear, o que corresponde, a partir de meados da década de 1950, à grande novidade na acção deste IAC reformado. Durante o período de 1952-1960, as bolsas internacionais dedicadas a este novo domínio utilizaram 32 por cento da dotação global atribuída à mesma rubrica, enquanto nas bolsas nacionais e nos subsídios a centros de investigação gastaram 64 por cento e 53 por cento, respectivamente, do correspondente às rubricas análogas (Tavares 1961). Em suma, praticamente mais de metade do orçamento do IAC era gasto em «estudos relacionados com a energia nuclear».

Os centros de investigação consagrados à energia nuclear¹⁰ vão distribuir-se pelas três universidades do país e deve mencionar-se que um deles é criado como anexo ao Instituto Português de Oncologia em Lisboa; estes centros vão estar ligados às engenharias, medicina e ciências fundamentais — física, química, matemática e geologia. No início dos anos 60 são 51 os centros apoiados pelo IAC, anexos a diferentes faculdades de todas as universidades do país (Tabela 3).

Na actividade do IAC ao longo dos anos 50, permanecem não só os apoios aos seus grupos de investigação e um incremento na atribuição de bolsas, como também o alargamento da acção de expansão e intercâmbio culturais, sendo patente, deste modo, uma coexistência alargada entre as componentes cultural, científica e tecnológica; todavia, os seus propósitos essenciais residiam em coordenar e assegurar o planeamento da investigação e a sua ligação à universidade. Este último objectivo, sobretudo num país com poucos recursos, implicava promover a relação da instituição universitária «com as actividades económicas da metrópole e do ultramar e com outras de interesse para o País, colaborando para tal fim com os competentes organismos do Estado quer do Ministério da Educação Nacional, quer dos outros ministérios, quer autónomos» (Tavares 1961, 20). Era uma

¹⁰ Alguns deles dirigidos por investigadores formados nos Centros de Física e Matemática organizados no início dos anos quarenta.

Centro Anexo à Fac. de	COIMBRA	PORTO	LISBOA
Ciências	3	2	4
Direito	I		
Economia			I
Engenharia		I	I
Farmácia		I	
Letras	3		4
Outras Inst. (Humanidades)			3
Medicina	I	2	4
Outras Inst. (medicina)			3
Universidade		2	I
Energia Nuclear	4	3	7
Total	12	11	28

Tabela 3.
CENTROS IAC até 1960 (Tavares 1961)

tarefa ingente, como alguns lembravam, devido «[à] limitação de poderes da instituição e a insuficiência das verbas orçamentais de que dispõe» (*ibid.*), acrescentando-se ainda que a existência de um elevado número de centros e institutos, com direcções autónomas, enfraquecia o papel dirigente do IAC e pulverizava a investigação fora de um organismo que se pretendia com capacidade agregadora. É o que exemplifica a descrição seguinte:

(...) da criação e funcionamento independente de novos organismos consagrados à investigação (Instituto Nacional e Investigação Industrial, o Laboratório de Investigação Veterinária, Laboratório de Física e Engenharia Nucleares, da Junta de Energia Nuclear, e, pelo Ministério do Ultramar, os Institutos de Investigação Científica de Angola, de Moçambique), os quais vieram juntar-se aos já existentes — Estação Agronómica Nacional, Serviço de Fomento Mineiro, Laboratório de Engenharia Civil, e a Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar, com os seus diversos centros, agrupamentos, núcleos e missões de estudo. (Tavares 1961, 30)¹¹

11 Sobre as missões de estudo, cf. Nunes 2013.

O próprio IAC reconhece a proliferação de várias instituições de investigação e a consequente incapacidade de uma instituição coordenar a actividade científica em Portugal. É de acentuar que neste contexto a direcção do IAC já anotara que havia uma redução das suas competências, «em contraste com o desenvolvimento que está a ser dado a outros organismos, o que parece traduzir uma falta de confiança na orientação do Instituto e do critério com que este concede as suas bolsas» (Rollo *et al.* 2012, 252). Conforme alguns estudiosos desta instituição fizeram questão de comentar, o IAC, apesar da reforma de 1952,

(...) continuava submerso numa dispersão de atribuições; as dotações embora crescentes, continuavam a ser insuficientes, os respectivos conselhos mantinham-se por organizar, assim como as comissões permanentes, não se desenvolveu uma articulação com a Universidade ou nem mesmo se conseguiu regulamentar os centros de investigação (...). (Rollo *et al.* 2012, 256)

Na prestação de contas da sua actividade no início dos anos 60, o IAC sublinhava a entrada em cena de novos intervenientes que, através de financiamentos privados, apoiavam a investigação científica: a Fundação Calouste Gulbenkian, a SACOR e a Shell Portuguesa. A primeira fá-lo por moto próprio e independente do IAC, as outras duas subsidiam em rubricas precisas a acção do IAC. Acrescente-se, porque não é referido nos relatórios institucionais, que uma outra instituição privada já financiava desde os anos 20 a investigação biomédica: o Instituto Rocha Cabral (Dias 2013; Amaral 2006).

O papel que a Fundação Calouste Gulbenkian representa no seio das instituições portuguesas de apoio à ciência, e não só, a partir do ano da sua criação (1956) até aos dias de hoje, é de uma importância relevantíssima. Refiram-se as iniciativas no domínio científico da criação de centros e institutos próprios, como o Centro de Estudos de Economia Agrária (1958), o Instituto Gulbenkian de Ciência (1961), e o Laboratório Calouste Gulbenkian de Espectrometria de Massa e Física Molecular (1964), no IST. As áreas de intervenção da Fundação, logo desde o início, orientavam-se sobretudo para a concessão de bolsas (sobretudo de pós-licenciatura), o patrocínio da aquisição de instrumentos técnicos e a atribuição de subsí-

dios a centros e laboratórios. O que ilustra bem como se ampliava o panorama de sustentação à investigação em Portugal.

Desde 1959, existia um outro actor importante, a Comissão INVOTAN — estrutura que dialogava com o Comité Científico da NATO, constituída por representantes de vários ministérios, entre eles o da Educação Nacional — que, no contexto da «Guerra Fria e da Supremacia Atómica», tinha um programa de distribuição de bolsas e de apoio à investigação científica no quadro da cooperação e coordenação científicas internacionais. As Universidades portuguesas, logo no primeiro ano de funcionamento desta comissão receberam, em domínios científico-tecnológicos, seis bolsas para o estrangeiro (Vicente 2012, 90). A acção da Comissão da INVOTAN será um dos factores que acelerarão a ruptura na prática do IAC, começando a consolidar-se a necessidade de «fomentar a investigação científica e tecnológica no território nacional», esvaziando em grande parte a acção do IAC e remetendo-o futuramente para servir exclusivamente os interesses do Ministério da Educação Nacional (Araújo 2016, 64).

Se se olhar para o IAC num tempo pós-1952, mantendo o fio da narrativa dos seus relatórios (Tavares 1961), é forçoso enumerar as itinerâncias protagonizadas por uma personagem importante do Estado Novo, Francisco Leite Pinto. O paralelismo de vida do IAC com a trajectória institucional de Leite Pinto é assaz marcante: entre 1952 e 1955, vice-presidente do IAC, redigindo logo em 1952 uma informação para a Direcção do IAC sobre os objectivos de uma futura Comissão Nacional de Energia Atómica (Maio de 1952); de 1952 a 1954, foi também presidente da Comissão Provisória de Estudos de Energia Nuclear do IAC (criada por despacho do ministro da Educação Nacional, de 10 de Outubro de 1952); entre 1954 e 1955, foi vogal da Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar e, neste mesmo período, impulsionou o Centro de Estudos de Energia Nuclear do IAC e da JEN (Junta de Energia Nuclear), da qual seria Presidente entre 1961 e 1967; ocupou o cargo de ministro da Educação Nacional em 1955-1961; entre 1967 e 1969, foi administrador da Fundação Calouste Gulbenkian e presidente do Instituto Gulbenkian de Ciência; no período de 1967-1971, foi presidente da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), de cuja criação foi um dos principais promotores.

O TEMPO INICIAL DA JNICT EM 1967

A Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica foi criada em 11 de Julho de 1967 (Decreto-lei n.º 47 791), sendo-lhe cometidas as funções de planear, coordenar e fomentar a investigação científica e tecnológica no território nacional, sem prejuízo da acção própria dos organismos de fomento da investigação existentes em diversos ministérios. Cabia à JNICT a assunção de uma política nacional de coordenação dos recursos naturais, sua exploração e investigação científica e tecnológica, estando no organograma governamental directamente dependente da Presidência do Conselho de Ministros. Não colidia a sua actividade com o IAC, estrutura integrada no Ministério da Educação, da qual dependiam os centros de investigação até então criados e agora essencialmente vocacionados para uma inserção da actividade de pesquisa no *modus vivendi* da universidade portuguesa. No diploma que a instituía podia ler-se:

Embora a parte mais importante da investigação científica se processe no âmbito do Ministério da Educação Nacional, que dispõe já de um órgão de coordenação interna — o Instituto de Alta Cultura —, entendeu-se conveniente integrar o novo organismo na Presidência do Conselho, por a sua acção se estender a outros sectores, incluindo as províncias ultramarinas (...) Independentemente de funções de estudo, confiam-se-lhe outras tarefas importantes, tendentes a coordenar as actividades dos serviços oficiais interessados tanto na investigação científica como na tecnológica, pelo menos nos seus dois aspectos mais salientes: os que têm reflexo na defesa nacional e os que têm impacte directo no desenvolvimento económico.
(Decreto-lei n.º 47 791)

Tratava-se, agora, de criar uma instituição nova, próxima da parametrização internacional, dos países organizados com estruturas científicas, políticas e diplomáticas. O fim da Segunda Guerra Mundial, e a Guerra Fria, foram determinantes para a alteração de políticas de ciência e de investigação, considerando-se que esta deveria ser complementar e decorrer da economia, assumindo um valor estratégico para o desenvolvimento tecnológico e um factor importante na diplomacia das relações entre Estados e na implementação de práticas e acções de diplomacia científica. No seu Conselho Executivo têm assento desde representantes de vários ministé-

rios, das universidades metropolitanas e ultramarinas (entretanto criadas), de comissões diversas, passando pelos presidentes do IAC e da JEN (Junta de Energia Nuclear), até à Fundação Calouste Gulbenkian.

Retrospectivamente, e tendo em conta as competências atribuídas ao IAC depois de 1952, percebe-se quais foram as várias acções preparatórias conducentes à construção de uma instituição como a JNICT. A institucionalização nos países mais industrializados, em finais dos anos 50, de «Conselhos» com funções de coordenação, gestão, planeamento e aconselhamento científicos — elaboração de uma política científica — foi também uma influência decisiva que apontava para um organismo com o perfil da JNICT.

No contexto externo, a crescente influência de circuitos internacionais de política científica, nomeadamente da OECE/OCDE e da própria NATO, nas quais Portugal também estava inserido (Rollo 2007; Brandão 2017), trouxeram nos anos 60 algum questionamento sobre os modelos de acção do Estado em relação à ciência. Assim, pelos compromissos e exemplos internacionais, conjugados com o projecto das Equipas-Piloto, ia-se firmando em termos nacionais, também sob pressão dos Planos de Fomento, a necessidade de uma maior coordenação da investigação, de forma a potenciar seriamente os limitados meios e recursos existentes. O processo de criação da JNICT pode ser entendido não tanto como a consequência do fracasso do IAC, mas como a introdução de mecanismos de inovação sob o efeito da internacionalização científica e de um movimento lento, coordenado e consequente, que o IAC vinha desenvolvendo, após 1952, quando se libertou do modelo da JEN/JNE de 1936 e (paradoxalmente) concebeu a nova JEN, agora votada para os estudos da Energia Nuclear.

E na longa permanência de objectivos de sobrevivência da Ditadura em Portugal, foi possível introduzir novas dinâmicas de prática e de orientação de políticas científicas: a agenda espacial, o ambiente, a oceanografia e as múltiplas relações bilaterais que se iam estabelecendo sob o ponto de vista da diplomacia científica com a NATO/ INVOTAN (cf. Vicente 2012), comissões europeias, OCDE, EFTA, ou seja, um aprofundamento de uma «ciência europeizante» (cf. Lopes 2018) e, progressivamente, com um perfil de internacionalismo ocidental e atlântico. A JNICT foi a instituição responsável pelo lançamento de um programa de política científica,

(...) para além da putativa administração das bolsas do Comité Científico da NATO, por intermédio da oficiosa INVOTAN (...) na medida em que o seu presidente acumulou o papel de presidente da Comissão da INVOTAN com o da presidência da nova Junta (...). (Brandão 2017, 234)

Importa aqui, não como epílogo, mas como suspensão deste texto, enfatizar que uma das principais iniciativas da JNICT antes do 25 de Abril de 1974 foi a inventariação dos recursos em ciência e tecnologia, publicando-se os primeiros dados nacionais no domínio técnico-científico referentes à despesa, ao pessoal e recursos bibliográficos. Também o IAC, ao sofrer uma reorganização no princípio da década de 1970¹², acompanhava e influenciava modificações necessárias no tecido da investigação do sistema universitário português.

Os resultados da Revolução de Abril de 1974 vão implicar modificações profundas. O IAC será extinto, dando origem a novos organismos, o Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC)¹³ e o Instituto de Cultura Portuguesa (ICAP)¹⁴. Separaram-se as duas grandes competências do IAC: ao primeiro atribuiu-se a tutela da coordenação da investigação científica, ficando sob sua alcada os velhos centros do IAC; ao segundo reservaram-se as competências da expansão cultural, isto é, do ensino e difusão da língua e cultura portuguesas no estrangeiro. Eram duas atribuições do IAC cuja necessidade de separação já se fazia sentir no tempo da Ditadura.

A JNICT, após o 25 de Abril de 1974 e porque a investigação científica não tinha assento nas prioridades políticas dos governos de então, sofreu uma forte instabilidade institucional, «vindo apenas a estabilizar no Ministério do Plano e Administração do Território (1985-1995)» (Brandão 2015, 201). No princípio da década de 1990, com a extinção do INIC, algumas das principais atribuições deste organismo, em particular o financiamento dos centros de pesquisa ligados às instituições de ensino superior, serão transferidas para a JNICT¹⁵. A esta Junta, nascida em 1967, sucederá, em 1997, a actual Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

¹² Decreto-lei n.º 613/73 (Diário do Governo, I série, n.º 267, de 15 de Novembro de 1973)

¹³ Decreto-lei n.º 538/76, de 9 de Julho de 1976.

¹⁴ Decreto-lei n.º 541/76, de 9 de Julho de 1976.



AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao IHC-CEHFCi da Universidade de Évora e à Biblioteca Pública de Évora, pelo apoio sempre prestado a todas as tarefas de investigação que permitiram a execução deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amaral, Isabel. 2006. *A Emergência da Bioquímica em Portugal: As escolas de investigação de Marck Athias e de Kurt Jacobsohn*. Lisboa: Ed. FCG/FCT.
- Araújo, Francisco Miguel. 2016. «Produzir e divulgar ciência no Estado Novo: Amândio Tavares no Instituto de Alta Cultura (1942-1967)». In *A Europa do Pós-Segunda Guerra Mundial: O caminho da cooperação, e-Dossier IHC*, organizado por Maria Fernanda Rollo, Maria Manuela Tavares Ribeiro, Alice Cunha e Isabel Maria Freitas Valente. Lisboa: IHC (documento electrónico).
- Brandão, Tiago. 2015. «A formação da JNICT e a política científica no período pós-Abril». In *40 Anos de Políticas de Ciência e de Ensino Superior*, organizado por Maria de Lurdes Rodrigues e Manuel Heitor, 187-234. Coimbra: Almedina.
- Brandão, Tiago. 2017. *Da Organização da Ciência à Política Científica em Portugal 1910-1974. A emergência da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Câmara, António de Sousa da. 1947. «A investigação científica ao serviço da Nação». In *Memórias da Academia das Ciências, Classe de Ciências*, Tomo V, 7-20.
- Carvalho, Rómulo de. 1987. *História do Ensino em Portugal desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Costa, Augusto Celestino. 1918. *A Universidade Portuguesa e o Problema da Sua Reforma*. Porto: Tipografia da «Renascença Portuguesa».
- Costa, Augusto Celestino. 1939. *O Problema da Investigação Científica em Portugal*. Coimbra: Instituto para a Alta Cultura.
- Dias, J.P. Sousa. 2013. «A vida para além do Estado: financiamento privado da investigação biomédica em Portugal (1926-36)». In *A Junta de Educação Nacional e a Investigação Científica em Portugal no Período entre Guerras*, coordenado por Augusto Fitas, João Príncipe, Fátima Nunes e Marta Cecília Bustamante, 113-136. Lisboa: Caleidoscópio.
- Fitas, Augusto, Videira, António A.P. 2007. «Guido Beck, Alexandre Proca, and the Oporto Theoretical Physics Seminar». *Physics in Perspective*, 9(1): 4-25.
- Fitas, Augusto. 2012. «A Junta de Educação Nacional e a instalação da investigação científica em Portugal no período entre guerras». In *A Actividade da Junta de Educação Nacional*, coordenado por Augusto Fitas, João Príncipe, Fátima Nunes

<?> Decreto lei n.º 188/92, de 27 de Agosto de 1992.

- e Marta Cecília Bustamante,
13-36. Lisboa: Caleidoscópio.
- Fitas, Augusto. 2013. «A Junta de Educação Nacional e o lançamento das primeiras iniciativas de um plano para investigação científica no país». In *A Junta de Educação Nacional e a Investigação Científica em Portugal no Período entre Guerras*, coordenado por Augusto Fitas, João Príncipe, Fátima Nunes e Marta Cecília Bustamante, 49-72. Lisboa: Caleidoscópio.
- Gaspar, Júlia. 2014. *Percursos da Física e da Energia Nucleares na Capital Portuguesa. Ciência, poder e política, 1947-1973*. Dissertação de doutoramento em História e Filosofia das Ciências na FCUL.
- Junta de Educação Nacional. 1931. *Relatório dos trabalhos efectuados em 1928-1929*. Lisboa: [s.n.].
- Junta de Educação Nacional. 1931a. *Relatórios, propostas e projecto de orçamento para o ano económico de 1930-1931*. Lisboa: [s.n.].
- Junta de Educação Nacional. 1932. *Relatório dos trabalhos efectuados em 1930-1931*. Lisboa: [s.n.].
- Lopes, Quintino. 2013. «A Junta de Educação Nacional e o apoio à investigação científica de Egas Moniz». In *A Junta de Educação Nacional e a Investigação Científica em Portugal no Período entre Guerras*, coordenado por A. Fitas, J. Príncipe, Fátima Nunes e Marta Cecília Bustamante, 137-164. Lisboa: Caleidoscópio.
- Lopes, Quintino. 2018. *A Europeização de Portugal entre Guerras: A Junta de Educação Nacional e a investigação científica*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Mota, Miguel. 1981. *O Professor António Câmara como Investigador de Genética*, Separata do Livro Homenagem à Memória do Professor António Câmara, promovida pela Sociedade de Ciências Agrárias de Portugal, 6 de Janeiro 1981. Lisboa: Ed. Sociedade de Ciências Agrárias de Portugal.
- Nunes, M. Fátima. 2013. «Entre a JEN e o ISA: um eixo colonial na política científica do Estado Novo». In *A Junta de Educação Nacional e a Investigação Científica em Portugal no Período entre Guerras*, coordenado por A. Fitas, J. Príncipe, Fátima Nunes e Marta Cecília Bustamante, 89-112. Lisboa: Caleidoscópio.
- Rollo, Maria Fernanda. 2007. *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra. O Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros – Biblioteca Diplomática do MNE.
- Rollo, Maria Fernanda, Queiroz, Maria Inês, Brandão, Tiago, Salgueiro, Ângela. 2012. *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no Século XX. Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*. Lisboa: INCM.
- Rosas, Fernando. 1994. *O Estado Novo (1926-1974)*. In José Mattoso (dir.), *História de Portugal* (7.º vol.). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Tavares, Amândio. 1951. *O Instituto de Alta Cultura e a Investigação Científica em Portugal*, vol I. Lisboa: IAC.
- Tavares, Amândio. 1961. *O Instituto de Alta Cultura e a Investigação Científica em Portugal*, vol II. Lisboa: IAC.
- Vicente, Paulo Jorge. 2012. *A Comissão INVOTAN: Políticas e internacionalismo científicos na década de 1950*. Dissertação de Mestrado História Contemporânea, FCSH-UNL.